

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
 órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação e
 Cultura, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional
 de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões
 gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da
 educação brasileira. Para isso aspira congrega os estudos
 dos fatos educacionais do país, e refletir o pensamento de
 magistério. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓ-
 GICOS publica artigos de colaboração, sempre solicitada; re-
 tra resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos
 do Ministério e pelas Secretarias Estaduais de Educação. To-
 quanto possa, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓ-
 GICOS deseja contribuir para a renovação científica do tra-
 balho educativo e para a formação de uma esclarecida men-
 tidade pública em matéria de educação.

**REVISTA BRASILEIRA
 DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
 DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*A Revista não endossa os conceitos emitidos em artigos
 assinados e matéria transcrita.*

Se, como estou ouvindo, este projeto tende a diminuir a possibilidade de o governo manter e desenvolver os estabelecimentos públicos, em favor dos particulares, como eles se acham atualmente, o que se daria é que a educação tornar-se-ia privilégio dos ricos. É óbvio que quem procura os estabelecimentos particulares são os que podem pagar.

Os estudantes, através de um gesto de confiança, anunciaram que eu ia pronunciar uma conferência sobre o assunto. Todavia, senti que não era conveniente, pois não estava bem a par do problema e acharia melhor que fosse convidado um sacerdote, cuja missão fosse o ensino.

Entretanto, uma vez que fui procurado, acho que não posso deixar de dar meu testemunho, como padre, sobre o problema da educação, que em certos aspectos, no Brasil, é alarmante. Estou a par da campanha dos estudantes e vivamente empenhado em conhecer o problema e seguir o caminho que parece mais sadio. Por isso, fui à conferência do Prof. Abgar Renault e participei dos debates.

Como disse lá, a posição dele é perfeitamente aceitável, não só de um ponto-de-vista de técnica de educação em geral, como do ponto-de-vista das diretrizes gerais da educação. Sua conferência foi para mim uma espécie de surpresa, como tive oportunidade de reparar. Nessa celebração que se faz em torno do assunto, li e ouvi muitos dizerem que a ala representada pelo ilustre professor pretende monopolizar o ensino a favor do Estado e visa afastar a influência da religião nas escolas. Nada disto vi e até notei, em certos aspectos, o contrário. Acho que ele tem razão quando julga alguns dos artigos do projeto equivocados e perigosos. O que mais me impressionou no projeto é o descaso pelo ensino primário. A opinião pública da Capital anda estupefata por saber que cem mil meninos estão sem matrícula. Cinquenta e cinco por cento não sabem ler, escrever e contar. Ainda assim, temos a ilusão de entrar em nova idade.

A impressão que tive quando ouvi a conferência do Prof. Abgar foi de que tudo está por fazer no campo do ensino, em nosso país. Particularmente, para enfrentar o problema com decência, segundo a dignidade que nossos concidadãos exigem, é necessário uma reforma da mentalidade.

A experiência mostra que o teor do ensino público é elevado e é o que, apesar de não atingir toda a massa do povo, melhor se enquadra na perspectiva cristã. Fornece amplas possibilidades de as confissões religiosas trazerem sua contribuição à educação das crianças e adolescentes, porque ele é facultativo dentro do horário da escola e pode ser exigido para um grupo homogêneo de vinte ou mais alunos.

A Igreja deve interessar-se visceralmente pelo problema da educação, assim como está de fato se interessando. Todavia, esse interesse deve ser orientado para um conhecimento mais vivo da realidade social brasileira, da classe trabalhadora e, em geral, dos que são denominados pobres. Para estes diminuem cada vez mais as possibilidades de acesso à cultura.

Sei de um fato muito interessante para contar. Há cerca de dez anos, o arcebispo de Caracas, monsenhor Arias, tomou a seguinte resolução: proibir aos religiosos a entrada em sua cidade, a não ser sob a condição

de se colocarem no meio operário, dedicando-se a obras em benefício dos trabalhadores. Verificamos, então, que não está sozinho o padre Lebrét quando, numa reminiscência de viagem à América Latina, escreveu com certa melancolia:

"Grandes ordens religiosas européias estabelecem-se nos centros das grandes cidades e aí se põem a educar os filhotes dos ricos". — (*Diário da Tarde*. Belo Horizonte).

BRASÍLIA E A EDUCAÇÃO NACIONAL

LOURENÇO FILHO

Que influências poderá exercer a mudança da Capital Federal nos domínios da educação do país? Serão elas sensíveis apenas no crescimento de número das escolas, ou igualmente se refletirão no sentido e direção das tendências do ensino e, portanto, em sua qualidade? Se assim ocorrer, que novas tendências surgirão?... Esse problema não foi até agora considerado entre as possíveis conseqüências da construção de Brasília, e a transferência para ela da sede do governo federal. E, ao que nos parece, é da maior importância.

O ASPECTO QUANTITATIVO

Quanto ao primeiro aspecto, o de maior quantidade de escolas, a previsão a fazer-se não é difícil. Não se muda a capital do país apenas de um ponto para outro. Ela é transferida do litoral, ou de uma região social e economicamente desenvolvida, para outra que figura entre as de menor densidade demográfica, escassez de meios de transporte e reduzida renda *per capita*. Em suma, a mudança opera uma investida de penetração no grande sertão, como realização sem precedentes, na forma de deslocamento de coisas, pessoas e serviços administrativos. Ora, isso, num país como o nosso, ainda em fase de ocupação política do território, não pode deixar de ter conseqüências imediatas sobre a quantidade mesma do ensino. Materialmente, o espaço político-administrativo será reestruturado em função do novo centro. Novas linhas de transporte e comunicação terão de ser estabelecidas e, na verdade, já começaram a estabelecer-se. Haverá novas tendências nas migrações internas, ou tendências de povoamento. Novos núcleos populacionais se organizarão, tendo como ponto de atração Brasília. Serão, a princípio, a nova capital e seus núcleos satélites. Mas, logo também, outros centros com seus próprios núcleos dependentes. Toda a região Centro-Oeste (salvo a zona de Goiânia, que já na escala estatual ensaiou o mesmo processo, há cerca de trinta anos), tem vivido

da indústria extrativa e mera agricultura de subsistência. A estrutura agrária, como a estrutura demográfica, aí são as regiões subdesenvolvidas. Uma e outra já começam a modificar-se e, não tardará muito, transformar-se aceleradamente. Numerosos latifúndios serão divididos. Empreendimentos agrícolas surgirão, em novas bases. A breve prazo, será iniciada a produção industrial. A circunstância de, ao mesmo tempo, se houver estabelecido, num raio de menos de mil quilômetros, grandes usinas hidrelétricas, como Cachoeira Dourada e Três Marias, facilitarão o processo de transformação econômica. Não será, pois, tão-somente a área de influência direta de Brasília, mas a de outras, para ela convergentes, as quais terão depois a sua própria autonomia econômica. Essas áreas não estão apenas em Goiás e Mato Grosso, mas também no Oeste de Minas, nele compreendido o Triângulo, o Sudoeste da Bahia, e trechos mais longínquos, pelo efeito de grandes estradas que se abrem, como Belém-Brasília e Fortaleza-Brasília. O próprio Norte geográfico de São Paulo será necessariamente beneficiado com êsse processo de reestruturação, sobretudo quando concluir a hidrelétrica de Furnas. Tudo isso estabelecerá condições para o desenvolvimento da rede escolar ou do sistema educacional. Um sistema de escolas não se cria no vazio. Supõe certo nível de infra-estrutura, e é essa infra-estrutura que a mudança da capital começa a preparar. Quando, em 1944, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, fizemos realizar um levantamento das áreas "escolarizáveis" e "não escolarizáveis" do Brasil, ficou verificado que a maior parte da Região Centro-Oeste, como do Oeste de Minas e da Bahia, incluíam-se nestas últimas, à falta de densidade demográfica e deficiência de transporte. Era precisamente aí que se colhiam, em numerosos municípios, os mais baixos índices de matrícula geral, freqüência e aproveitamento escolar, ainda mais fracos que na Amazônia, onde a floresta obriga a certo nucleamento da população não à sua pulverização.

Ainda agora, as últimas informações divulgadas pelo Serviço de Estatística da Educação, referentes ao ano de 1956, não demonstraram maior progresso no Centro-Oeste, a não ser em parte do sul de Goiás. Para toda a grande região, nos grupos de idade de 7 a 10 anos, as taxas de freqüência à escola não ascendiam a 20% nas zonas rurais e 45% nas cidades. A taxa geral da população escolar inscrita, ou matriculada, não superava 39%.

Quando se sabe que a mesma taxa, na zona sul, atingia nesse ano 69%, e que em particular em São Paulo, a 72%, logo se percebe a pobreza da rede escolar existente.

Não se diga que tal resultado advenha de simples incúria dos governos responsáveis. É que o processo educacional em zonas subdesenvolvidas pode prescindir da escola, não dando preço ao tipo de educação que as escolas geralmente fornecem. Bastam os costumes e a tradição, dados que os gêneros de atividade existentes são poucos e mal diferenciados, não reclamando nem mesmo a aprendizagem da leitura e escrita.

Quantitativamente, portanto, não se torna difícil a previsão. A nova capital, não por sua simples presença no planalto central, mas por sua função na vida demográfica e econômica, despertará um movimento de rápida escolarização dessa parte do país. Primeiro, será no ensino primário. Depois, no ensino médio. E não tardarão muito instituições de ensino superior, as quais já apresentam, aliás, na capital goiana, algumas realizações de boa qualidade.

A SITUAÇÃO PARTICULAR DE BRASÍLIA

Quanto ao núcleo de população que em Brasília e pontos vizinhos já se formou, convirá melhor análise. Conforme o levantamento censitário realizado em maio de 1959, havia nos grupos de idade de 5 anos e mais, num total de 55.911 pessoas, 56% de alfabetizados. Esse nível era superior ao da média apurada, para todo o país, pelo recenseamento geral de 1950.

Que explica essa diferença? Primeiro, a seleção dos grupos de idade nos indivíduos recrutados para o trabalho, grupos em que mais têm incidido a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, em todo o Brasil. Depois, pessoas habilitadas por trabalho escolar regular.

Isso se demonstra, aliás, na gradação existente nos vários agrupamentos em que se fazia verificação. Nos acampamentos da NOVACAP, que reúnem técnicos de vários níveis e operários qualificados, a taxa de alfabetização ascendia a 78%. No núcleo Bandeirantes, ou Cidade-Livre, era de 70%, ao passo que no núcleo de Bananal, caía a 42%. Na zona rural circundante, a percentagem dos alfabetizados retratava a da região, isto é, não se eleva a mais de 34%.

É evidente que o simples fato de concorrência no trabalho tem produzido maior emulação no sentido de freqüência à escola. Já aí funcionam cursos de alfabetização para adolescentes e adultos, escolas primárias e mesmo de nível médio, com boa freqüência.

Não é pequena a responsabilidade do Ministério da Educação, no que se refere ao assunto. Criou êle por isso, no mês de janeiro, uma "Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília", com a finalidade de organizar, nos melhores moldes, o ensino primário e de grau médio. A direção executiva dessa Comissão está entregue a um técnico do Ministério que, por sinal, é paulista, o Prof. Armando Hildebrand. Outros técnicos com êle colaboram, planejando e fazendo realizar trabalho útil.

De acôrdo com o programa inicial, a nova Capital terá, nos primeiros dias de abril, os seguintes estabelecimentos de ensino oficial: seis grandes grupos escolares, que matriculam 1.600 alunos cada, totalizando 9.600 inscitos; cinco jardins de infância, com capacidade para 160 crianças cada um, somando 800 alunos; e uma escola-parque com capacidade para abrigar 2.800 estudantes. Além disso, dá-se a construção do Centro Educacional de Brasília, dedicado ao ensino médio, onde os jovens poderão fazer estudos secundários, ou cursos industriais, comerciais e normal.

Ademais, o sr. João Carlos Vital, antigo prefeito do Distrito Federal, apresentou à NOVACAP um plano tão curioso como promissor, não referente ao ensino regular nas idades próprias, mas para fins de iniciação e orientação profissional em tôdas as idades. Esse plano parte do seguinte princípio: à medida que os trabalhos de construção diminuírem seu ritmo, numerosas pessoas serão dispensadas das ocupações a que ora se entregam; será necessário, no entanto, prover a demanda de mão-de-obra na produção agrícola e manutenção de serviços locais. Será de toda conveniência, portanto, que se organizem centros de seleção e orientação, como de preparação a diferentes atividades, em "cursos rápidos".

Outra iniciativa de grande importância é a inclusão do município de Morrinhos, ao sul do Estado de Goiás, no plano experimental de "erradicação do analfabetismo", projeto-piloto que o Ministério da Educação vem desenvolvendo numa dezena de municípios situados em diferentes Estados. Novas escolas serão aí construídas, mormente nas zonas rurais. Com a implantação de unidades escolares em toda a sua área, espera o Prof. João Roberto Moreira, dedicado coordenador desse projeto, poder escolarizar toda a população infantil em três anos de trabalhos. Para adultos e adolescentes, serão organizadas classes de emergência, na forma da Campanha de Educação de Adultos.

A escolha desse município suficientemente afastado da zona de influência direta de Brasília, mas ainda em área de sua projeção futura, obedeceu a critério judicioso.

A VARIACÃO DE QUALIDADE OU NOVO SENTIDO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Até agora, apreciamos a influência da mudança da capital no desenvolvimento quantitativo da educação na Região Centro-Oeste e parte também da Região Leste. As conclusões não parecem difíceis, quando se compreende que o sistema escolar exige uma infra-estrutura demográfica e econômica, em níveis de densidade da população e certa média de produção *per capita*.

A presença de centros de consumo determina sempre a transformação da agricultura de subsistência, ou seja, de aproveitamento rudimentar dos recursos naturais, numa agricultura mais racional. Mas, quer para a quantidade, como para a qualidade do ensino, não bastarão esses fatores materiais, mas também outros, de natureza ideal.

Seria desconhecer a verdade obscurecer os efeitos que, nesse particular, a transferência da capital irá igualmente produzir. Um paralelo, no plano regional, pode ser indicado com a mudança da capital do Estado de Goiás, para a jovem cidade de Goiânia.

No recente livro *Um estadista do sertão*, escrito pelo ex-secretário da Justiça desse Estado, sr. Joaquim Neves Pereira, dão-se alguns dados realmente dignos de atenção. Só no decurso do último período de governo

criou Goiás, nessa zona, quatro escolas normais, dois colégios, construiu vinte e oito grupos escolares e vinte e duas escolas reunidas. São números que falam por si.

Mais importante ainda -- e o ilustre administrador goiano o faz notar em seu livro -- é a mudança que se operou nas idéias da população em relação ao trabalho e à vida social e política. Tudo isso o sr. Neves Pereira evidencia, arrolando fatos e números pelos quais não se pode negar que a atitude educacional do povo dessa parte de Goiás tem mudado, e está mudando. O povo mais acredita, agora, na adoção de medidas objetivas na luta contra o subdesenvolvimento; tem mais fé nas coisas e nos homens, nos empreendimentos de progresso e ação social construtiva. Portanto, na educação, ou numa educação mais objetiva e adequada ao nosso tempo.

É claro que todos esses efeitos não resultaram automaticamente da simples construção de uma cidade ou de seu progresso material. Encontraram neia, no entanto, uma base necessária que aos jovens comunicam uma nova e mais sadia filosofia de vida.

Observe-se que a orientação cultural de nosso país não se criou de forma autônoma. Recebemos uma cultura européia por transplantação, de Portugal nos primeiros séculos, e depois, da França. Socialmente, essa cultura fundava-se numa estrutura econômica de castas, a que o regime de escravidão, mantido até há setenta anos, imprimiu tendências muito marcadas.

No sistema escolar, elas se manifestam sob duas formas: limitação das escolas a uma parte da população e orientação literária ou acadêmica dos estudos. Basta verificar que ainda em zonas de bom desenvolvimento o ensino primário só é oferecido a duas terças partes da população em idade escolar. Quanto ao ensino médio, o próprio da adolescência, os índices, sempre muito mais baixos, só começaram a manifestar reação depois de 1933. A matrícula geral em todos os cursos médios não atingia então cem mil alunos. Hoje, felizmente, ultrapassa um milhão.

Contudo, ainda nesse quantitativo, setecentos mil jovens buscam as escolas de ensino secundário geral, e não as que mais diretamente preparam para o trabalho, na agricultura, nas indústrias, no comércio. As famílias e os próprios jovens são atraídos pelo valor formal do certificado e as possibilidades de ascensão social por ingresso em cursos superiores, tenham ou não, para esses estudos, reais capacidades.

Esta última tendência começa a mudar pelo movimento geral de industrialização do país, mas muito desigualmente segundo cada região. Culturalmente, temos mantido uma estratificação geográfica da ignorância e da miséria. Existe, por isso, um Brasil arcaico, prêso a fórmulas peremp-tas do passado, e um Brasil atual, próprio de nossa época tecnológica.

Em obra relativamente recente o professor francês Jacques Lambert, que esteve entre nós em missão de estudos, indica como zona de contato e fusão desses dois climas de cultura, o território mineiro. Hoje, talvez estendesse esse cenário ao planalto central, dando-lhe como centro Brasília, em face das condições que dantes apreciamos.

Tôdas elas começam a abrir novas perspectivas aos jovens, sobretudo aos de melhor capacidade de inteligência, amor ao trabalho, coragem e no futuro do país. A transferência da capital, nas condições em que feita, não pode deixar de falar à imaginação dos moços, reproduzindo de algum modo o que se deu na corrida para o Oeste, nos Estados Unidos a partir dos meados do século passado.

Vigor, audácia, destreza, fé no próprio esforço — eis as qualidades que passam a ter sentido, e não moleza, ceticismo e ignorância do mundo tecnológico de hoje. — (*Diário de São Paulo*, São Paulo).

A PROPÓSITO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

LUÍS F. CARRANCA

A aprovação na Câmara dos Deputados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi um impacto violento na consciência democrática da nação. Há mais de dez anos, desde que foi apresentado o projeto ministerial organizado por uma comissão de professores de que foi relator o eminente Prof. Almeida Júnior, a Lei de Diretrizes e Bases hibernava na Câmara Federal. De quando em vez o embrião agitava-se.

Eram-lhe aplicadas algumas emendas para aquietá-lo. Quando se movia mais agitado, a medicação era mais violenta: metia-se-lhe um substitutivo e, para maior segurança, algumas dezenas de emendas.

As forças que conspiravam contra a escola oficial e democrática não achavam ainda oportuna a *delivrance*.

Desta forma, quando se movimentou novamente em 1959 a Lei de Diretrizes e Bases, os democratas supuseram que o substitutivo do sr. Carlos Lacerda não era senão uma triaga para retardar, ainda uma vez, o nascimento do infante.

A aprovação da Lei constitui, pois, uma surpresa para uma boa maioria dos defensores da escola democrática.

Que a minha confissão pública me traga perdão para o feio pecado da vaidade. A mim não me surpreendeu.

Há mais de uma dúzia de anos, nos congressos dos proprietários das escolas particulares, fartamente subvencionados pelo dinheiro da nação, coisa nunca conseguida pelos congressos organizados pelos sindicatos de professores, já o grande objetivo era o assalto aos dinheiros públicos. Eram discutidas teses cândidas sobre a educação moral da juventude. Eram aprovadas moções líricas sobre a educação cívica da mocidade. Mas o grande alvo era disputar à escola pública o dinheiro oficial.

E surgiram as primeiras teses inscrevendo a escola particular na qualidade de herdeira do tesouro oficial, contentando-se, para começo de conversa, em disputar o monte em igualdade de condições com a escola pública.

Quando da campanha, há dois anos, contra o Prof. Anísio Teixeira, tive ocasião de escrever que o que se pretendia com a demissão do mestre haiano da direção do INEP não era apenas esmagar o homem, era, sobretudo sufocar a escola pública.

O venerável episcopado do Rio Grande do Sul julgou o momento oportuno para o golpe e enganou-se na data. Mas não foram modificados os alvos de que o episcopado gaúcho foi apenas o arauto afoito.

No dia 22 de abril de 1958 assim terminava o meu artigo sob a epígrafe "A Caça às Feiticeiras":

"E o dinheiro público é pulverizado em auxílios, subvenções, suplementações e centenas de estabelecimentos particulares criados sem atender a qualquer razão de ordem técnica, dinheiro que daria muito maior fruto na criação e manutenção de estabelecimentos oficiais bem equipados e dispostos em lugares onde as condições locais o exigissem.

A dispersão dos esforços oficiais só pode ter um alvo: impedir que a rede de estabelecimentos públicos se amplie e consolide, pois não haverá dinheiro bastante para atingir esse objetivo e ao mesmo tempo subvencionar tôdas as casas particulares de ensino.

E a estagnação do ensino público não virá contribuir para a maior liberdade de consciência, mas, ao contrário, para asfixiar minorias, cuja consciência, em uma sociedade democrática, também têm o direito de exigir plena liberdade filosófica e religiosa.

A instauração do processo de caça às feiticeiras de que será talvez a mais ilustre vítima o Prof. Anísio Teixeira não se faz, é claro, para assegurar a liberdade de consciência filosófica ou religiosa, mas para sufocá-la.

Estamos ainda no início do processo. Esperemos o que virá a seguir".

Não me surpreendeu, pois, a aprovação na Câmara Federal da Lei de Diretrizes e Bases. Claramente previ o desenvolvimento do processo de esmagamento da escola democrática sob a liderança da Igreja, à qual se associa uma razoável comparsaria de proprietários de escolas particulares não confessionais, que não têm uma filosofia a defender, mas apenas catedais a resguardar.

Mas, manda a franqueza e a lealdade confessar que me surpreendi e enganei em um ponto: não esperava a resistência impávida do magistério oficial e muito menos a ação destemorosa dos estudantes.

A Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da U.S.P., a congregação da mesma Faculdade, trinta e três físicos liderados por Cesar Lattes, Congregação da Faculdade de Filosofia de Araraquara, União Paranaense de Estudantes, Diretório Central dos Estudantes e Diretório Acadêmico de Engenharia Química da Universidade do Paraná, União Paranaense dos Estudantes Secundários, Associação dos